



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 28/2010 -----

-----Aos nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 08 de Novembro de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **4.172.220,76 € (Quatro milhões, cento e setenta e dois mil, duzentos e vinte euros e setenta e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Esteve presente um grupo Encarregados de Educação das crianças que frequentam a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de Oliveira do Hospital – “O KIKAS” que deram conta que a instituição em causa está a atravessar uma fase muito complicada ao nível financeiro, de tal forma que, neste momento, as receitas já não são suficientes para cobrir as despesas, temendo assim que a situação actual leve ao seu encerramento.-----

-----O Presidente da Câmara disse no entanto julgar que “O KIKAS” era uma associação privada com fins lucrativos. Ao que o pai de uma criança referiu tratar-se de uma IPSS, situação que, como referiu, poderia ser confirmada pelo Sr. Presidente da Câmara através dos seus Estatutos, documento que foi entregue à Câmara Municipal já no ano de 2007.-----

-----Uma outra mãe prosseguiu referindo que a situação é efectivamente muito complicada e lembrou que estão em causa 90 crianças, sendo que 81 estão distribuídas pelas valências da IPSS nas áreas de creche, infantário e berçário, e nove frequentam o primeiro ciclo de ensino básico em regime particular, apelando assim ao bom senso da Câmara Municipal para que sejam tomadas medidas no sentido de evitar o encerramento daquela instituição.-----

-----O Presidente da Câmara questionou ainda sobre se a instituição estava legalmente constituída, ao que os pais afirmaram que sim. Mostrando-se sensibilizado e disponível para ajudar a resolver o problema, o Presidente da Câmara questionou os pais relativamente ao tipo de ajuda que era pretendida.-----

-----Pelos pais das crianças foi dito que qualquer valor monetário seria sempre uma boa ajuda. --



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara questionou igualmente se, na opinião dos pais, e independentemente da atribuição de um subsídio por parte da Câmara Municipal, a instituição tinha viabilidade financeira que garanta a sua manutenção no futuro. Defendeu no entanto a necessidade da Câmara Municipal ter acesso a um estudo detalhado sobre a situação financeira daquela IPSS, para se perceber se o projecto tem ou não viabilidade financeira. -----

-----De seguida passou a palavra aos senhores vereadores para que estes se pronunciassem se assim o entendessem. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse estar a ter conhecimento da referida situação pela primeira vez, questionando no entanto sobre quem é que fazia a gestão financeira da associação. ---

-----Foi esclarecido por parte de um elemento da Direcção que é a própria associação que faz essa gestão. Esclareceu ainda que, além das valências que constituem a associação, há crianças que levam alimentos para casa, sublinhando que aquela IPSS tem dado provas em matéria de acção social, nomeadamente ao nível do apoio à primeira infância e a crianças carenciadas. -----

-----Mais foi referido pela mãe de uma das crianças que o estado financeiro da instituição se deve a um conjunto de situações, incluindo o atraso na entrega de verbas por parte da Segurança Social, mas que a instituição também tem dívidas à Segurança Social, o atraso no pagamento de algumas mensalidades por parte de alguns Encarregados de Educação e consequentemente o atraso no pagamento da renda mensal das instalações, no valor de 3.500,00 €/mensais, reiterando o pedido apoio da Câmara Municipal através da atribuição de um subsídio que evite o encerramento daquela IPSS. Referiu igualmente que, caso aquela instituição encerre, a situação ficará ainda mais complicada para os pais, porque não saberão onde colocar os seus filhos. -----

-----O Presidente da Câmara solicitou então aos pais presentes que façam chegar as contas da instituição à Câmara Municipal, para análise, manifestando a sua disponibilidade para reunir com os responsáveis daquela instituição, com alguns pais, e com um representante de cada força partidária com assento no executivo municipal para estudarem o assunto e eventualmente prepararem uma proposta com vista à resolução desta questão, passando a palavra aos senhores vereadores. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que, sobre o assunto, se pronunciaria na altura certa. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse preferir aguardar pela entrega da documentação solicitada e que só depois de efectuar uma análise sobre a mesma se pronunciaria sobre o assunto. -

----- O Presidente da Câmara deu por finda esta intervenção referindo que iria agendar a dita reunião, sugerindo aos pais que aguardassem com alguma serenidade até que a Câmara Municipal tome uma decisão sobre o assunto, lembrando que está em minoria e que não basta a sua vontade. --

-----O grupo de pais agradeceu a disponibilidade manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara, ausentando-se de seguida do Salão Nobre. -----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----

-----2.1.1 – CEDÊNCIA DE ESPAÇO NO PARQUE DO MANDANELHO PARA OS ESCUTEIROS-----

-----O Vereador Paulo Rocha no seguimento da sua intervenção efectuada em reunião de 02 de Março do ano em curso, questionou o Presidente da Câmara relativamente à possibilidade de cedência de instalações nas «partes baixas» do Palco do Mandanelho para o Agrupamento de Escuteiros de São Paio de Gramaços, considerando que a chegada do Inverno e do agravamento geral das condições climáticas tornam mais premente a situação existente em São Paio de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Gramação, por falta de espaço para acolher os cerca de 100 jovens que fazem parte deste agrupamento. Disse ainda que, na altura, foi-lhe referido que uma das «partes baixas» do Palco do Mandanelho iria ser objecto de uma pequena intervenção de forma a criar condições que permitissem acolher aquele grupo. Questionou assim o Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação desta situação.-----

-----O Presidente da Câmara informou que quem tem estado a seguir este processo é a Vereadora Graça Silva, passando-lhe a palavra para que informasse os senhores vereadores dos contactos que foram efectuados entre a Câmara Municipal e aquele Grupo de Escuteiros no sentido de encontrarem uma solução para o problema.-----

-----A Vereadora Graça Silva deu conta que, dos contactos estabelecidos com o responsável pelo Agrupamento de Escuteiros de São Paio de Gramação, concluiu-se que a melhor solução seria realizar obras de ampliação na Casa dos Escuteiros, já existente no Parque do Mandanelho, de forma a aumentar a sua dimensão e aproveitar aquele espaço para o desenvolvimento de acções por parte daquele Grupo de Escuteiros, considerando que seria também uma mais valia para aquela infraestrutura, e assim juntar-se-ia o útil ao agradável, uma vez que a casa está a necessitar de uma intervenção urgente para evitar a sua degradação. Intervenção, que como reconheceu, levará ainda algum tempo até que seja executada. Esclareceu ainda que a ideia de aproveitar as instalações das «partes baixas» do Palco do Mandanelho foi colocada de parte dado que está a ser utilizada pelos serviços da Câmara Municipal como armazém/arrumos de mobiliário/equipamento que se aproveitou das escolas do 1º CEB que têm vindo a encerrar no concelho.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes, reconhecendo todo o trabalho e dinamismo que é desenvolvido pelo Agrupamento de Escuteiro em causa, e atendendo a que o espaço que actualmente ocupam não tem condições para o efeito, entende que a solução apresentada pela Sra. Vereadora Graça Silva vai prolongar no tempo a resolução desta situação. Disse não discordar com o facto de aquele Grupo ser deslocado para o Parque do Mandanelho uma vez que, certamente, também ajudariam na sua conservação e manutenção, mas, na sua opinião, o local ideal para a sua sede seria mesmo as instalações das «partes baixas» do Palco do Mandanelho. Solução que, no seu entender, apesar das obras que seria necessário realizar, levaria a um menor tempo de espera por parte daquele Agrupamento.-----

-----O Vereador Paulo Rocha esclareceu que já no final do anterior mandato, aquando do pedido formulado pelo Agrupamento de Escuteiros de São Paio de Gramação, a solução apontada na altura passava pelo aproveitamento das instalações das «partes baixas» do Palco do Mandanelho. Disse no entanto entender que a ampliação da Casa dos Escuteiros, existente no Parque do Mandanelho, seria o ideal, mas reconhece que seria muito mais onerosa para o município e muito mais morosa em termos de resolução do problema.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que, na sua opinião, não é o mobiliário que impede que a solução passe pelo aproveitamento daquelas instalações, defendendo que o espaço em causa, dada a sua dimensão, depois de limpo, pode ser dividido e subaproveitado, de forma a criar uma zona de arrumos e outra para que os Escuteiros se possam instalar.-----

-----**2.1.2 – ADEPTOLIVA**-----

-----O Vereador Paulo Rocha, no seguimento da sua intervenção efectuada em reunião da Câmara Municipal, realizada no passado dia 26 de Outubro, solicitou novamente ao Presidente da Câmara cópia de todos os documentos que sustentam a evolução e o ponto de situação do processo movido pelo Dr. Fernando Brito contra a ADEPTOLIVA, justificando o seu pedido no facto de já os ter requerido por diversas vezes e ainda não lhe terem sido entregues.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que os documentos em causa já foram efectivamente solicitados a algum tempo, lembrando no entanto que a ADEPTOLIVA lhe endereçou uma informação relativa a estes dois processos, mas que o Vereador Paulo Rocha não considerou como suficiente. -----

-----Ao que o Vereador Paulo Rocha esclareceu que solicitou cópia dos referidos documentos, e não uma informação, e que até à data ainda não lhe foram entregues. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou ainda que, segundo informação do Vereador José Francisco Rolo, também no anterior mandato “pedia muitos documentos” que acabaram por nunca lhe ser entregues. Disse ainda que “nós..., podemos demorar mais algum tempo, mas fá-los-emos chegar”. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou no entanto que “pelo menos eu trazia a conhecimento do executivo as contas/orçamentos da ADEPTOLIVA, da ADI, etc., que até hoje nós nunca tivemos conhecimento. Portanto, não vamos por aí. Porque o que o Sr. Vereador José Francisco Rolo até nem tem razão, pois até lhe posso dizer que havia documentos que ele solicitava, e que lhe eram entregues na própria reunião, algo que connosco nunca aconteceu. Portanto, o senhor vereador, às vezes, parece ter boa memória mas outras vezes parece que não tem. E portanto, o Sr. Presidente sabe que é obrigado a dar conhecimento das contas das instituições a que a Câmara pertence, e até hoje, há mais de um ano de mandato, que não temos conhecimento de nada. -----

-----O Presidente da Câmara disse considerar que “o que é normal é que as contas lhe sejam apresentadas ao final de um ano”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo lembrou que “as contas da ADI foram aqui apresentadas e escalpelizadas, e até tivemos algum cuidado de forma a não promover alguma publicidade negativa sobre o estado financeiro da ADI”. -----

-----Ao que o Vereador Paulo Rocha questionou o Vereador José Francisco Rolo sobre se o seu estado era diferente do de hoje. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo frisou que apresentaria as contas todas, tendo o Vereador Paulo Rocha referido que “em relação a isso, eu ainda não me esqueci do que foi aventado na altura, mas no momento próprio eu cá estarei para falarmos sobre isso”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo lembrou que “as contas e o estado financeiro da ADI foram aqui apresentadas e não quisemos ir muito longe...não valia a pena...” -----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu que “desde que os dados sejam transmitidos de forma real não vê qual é o problema”, sublinhando que “a verdade tem é que ser dita e não pode é ser dita a meia verdade, porque isso é que lança a dúvida nas pessoas. Porque casos de polícia nunca existiram, fique a saber disso senhor vereador”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo retorquiu “casos de polícia...isso é uma insinuação grave...”. -----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu que “não...insinuação que o senhor terá feito em relação à minha pessoa”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo questionou “o quê? Eu? O senhor deve é estar a brincar comigo, de certeza? Só pode é estar a brincar! Isso é uma insinuação gravíssima”. Prosseguiu esclarecendo que “ainda sobre este assunto, e do que eu li, foi-lhe permitida a consulta de todos os documentos na ADEPTOLIVA, certo?” -----

-----O Vereador Paulo Rocha esclareceu no entanto que “mas eu não sou obrigado a ir à ADEPTOLIVA para consultar os documentos, porque eu requeri-os”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo mais referiu “portanto senhor vereador, ninguém lhe sonegou informação, isto sobre a ADEPTOLIVA. Agora, sobre a ADI já lhe disse, as contas foram aqui apresentadas, e o resto, quando as próximas contas forem aprovadas também lhas trago cá. E



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

assim podemos ver o estado em que estava a Agência quando peguei nela, porque um dos grandes esforços desta direcção é pagar dividas antigas, reduzindo na capacidade de investimento”.-----
-----Ao que o Vereador Paulo Rocha retorquiu “e contrair novas dívidas também”.-----
-----O Vereador José Francisco Rolo questionou o Vereador Paulo Rocha «o Sr. Vereador quer que a ADI pare em definitivo?».-----

-----**2.1.3 – EXPOH/2010**-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu o seguinte:-----
-----“Em 28 de Setembro do corrente ano, foi solicitada pelo Vereador Mário Alves ao Sr. Presidente da Câmara a apresentação de um Relatório Final das contas da EXPOH/2010, pedido este que foi subscrito pelos vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes - Oliveira do Hospital Sempre – OHS, conforme consta da acta da respectiva reunião. Nesse sentido e considerando que desde essa data e até ao presente ainda não foram fornecidos os elementos solicitados, requeiro ao Sr. Presidente da Câmara que, com a maior brevidade possível seja remetida informação detalhada sobre as despesas e as receitas subjacentes à organização da EXPOH, suportadas e arrecadadas, quer pela ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, quer eventualmente pela Autarquia, parceira nesta iniciativa, e isto, obviamente, para além dos subsídios atribuídos no montante de 60.000,00 € (Sessenta mil euros).”-

-----**2.1.4 – ADEPTOLIVA - DESISTÊNCIA DE PROCESSO JUDICIAL**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Vereador Paulo Rocha referiu o seguinte:-----
-----“Gostaria de manifestar publicamente a minha indignação pela desistência por parte da Direcção da ADEPTOLIVA, alegadamente motivada pelo entendimento do executivo em permanência da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, do processo judicial movido por esta entidade contra o Sr. António dos Santos Lopes, por afirmações produzidas que colocaram em causa o bom nome da instituição bem como das pessoas que à data tinham a responsabilidade de a dirigir. Essas afirmações relacionadas com alegadas irregularidades praticadas na promoção de um curso, por essa escola, foram proferidas durante o período do mandato em que exerci as funções de Presidente da ADEPTOLIVA, razão pela qual me sinto obrigado, de forma consciente, a este registo. Recordo que a decisão de apresentar queixa contra o Sr. António dos Santos Lopes, à data eleito pela CDU na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital foi tomada por unanimidade dos membros da Direcção da ADEPTOLIVA, após advertência formal ao mesmo da falta de verdade das dúvidas ou acusações, se assim for o entendimento, lançadas sobre esta matéria. Com esta decisão, o executivo em permanência da Câmara Municipal e os membros da Direcção da ADEPTOLIVA, que a subscreveram, de desistir do processo abrem um precedente, na minha opinião, bastante grave, sobre a possibilidade de alguém, num qualquer momento, poder colocar em causa, de forma fundada ou infundada o bom nome da escola ou das pessoas que a dirigem, sem que a mesma possa usar dos mecanismos legais ao seu dispor para a reposição da verdade. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, no discurso da sessão de abertura do ano lectivo da EPTOLIVA disse que “a Escola não pode ser um palco de lutas políticas”, o que sempre defendi. Mas também afirmo, que não pode ser um palco de pagamentos de favores políticos.”-----
-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que “este executivo em permanência tem tido uma postura de conciliação e de acordo em relação a alguns processos judiciais”, esclarecendo que no que diz respeito ao processo em causa “a retirada do processo judicial não foi nenhum favor político”. Mais referiu que “admito que o Vereador Paulo Rocha se possa sentir incomodado porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

foi visado neste processo, mas também pergunto, com que legitimidade é que uma entidade que faz parte da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital faz com que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se sente num banco dos réus”, sublinhando que “isto não faz nenhum sentido”.-----

-----Ao que o Vereador Mário Alves respondeu “com a mesma legitimidade que o Presidente da Câmara anterior se sentou no banco dos réus. E portanto, o senhor não me venha atirar com areia para os olhos”. -----

-----O Presidente da Câmara disse no entanto ter tido uma atitude de conciliação em relação a alguns processos que tem sido contrária à que era tida no anterior mandato. Disse ainda julgar que o Sr. António Lopes “não pôs em causa a idoneidade do Vereador Paulo Rocha”. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou que “não pôs só o meu bom nome em causa, pôs também em causa o bom nome dos Vereadores José Carlos Mendes e Telma Martinho. Porque não circunstanciou, falou de coisas que não sabia, foi advertido formalmente para não continuar a dizer aquilo que estava a dizer, porque carecia de fundamento e não correspondia à verdade, e simplesmente continuou”. Esclareceu ainda que nem eu nem ninguém o julgou “ele foi pronunciado para ir a julgamento e os senhores entenderam que deviam desistir do processo”, argumentando ainda que “na altura era eleito à Assembleia Municipal e, esse cargo, só lhe deveria trazer mais responsabilidade em relação ao que dizia, nomeadamente sobre instituições. Agora, se isto é um bom ou um mau acordo, eu digo-lhe “é um acordo de conveniência para ele””. -----

-----O Vereador Mário Alves retorquiu referindo que “eu diria que é um acordo de conveniência para as partes”. Salientou ainda que “se fosse pela teoria do Sr. Presidente da Câmara, Isaltino Moraes e Valentim Loureiro não teriam sido julgados”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que “não se compara aquilo que não é comparável, e o senhor acabou de dar um péssimo exemplo de comparação”. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves referiu que “estamos a falar de crimes públicos e semi-públicos Sr. Presidente...”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo respondeu que “a comparação é insultuosa, e foi deliberadamente insultuosa”. -----

-----O Vereador Mário Alves considerou tratar-se “claramente de um acordo de conveniência, um favor político, tudo porque lhe interessa esse tipo de situação” -----

-----Ao que o Presidente da Câmara referiu que “e interessam-me outras situações, sobretudo se for para facilitar o diálogo, e parece-me a mim que as coisas na ADEPTOLIVA caminham no bom sentido” Disse ainda acreditar que o Vereador Mário Alves não faz esta crítica por motivos políticos mas sim porque “o Sr. António Lopes ajudou a que perdesse a Câmara, e isso nós sabemos que lhe dói. A verdade é esta.”-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “o Sr. Presidente não “vire a agulha” porque não resolve nada com isso, e já agora vou avivar-lhe a memória, o senhor que fala em pessoas...sabe o que é que o senhor disse há um tempo atrás quando questionado acerca do processo de recrutamento de professores para as actividades de enriquecimento escolar (AEC), o senhor disse assim “depois de ter sido feita uma avaliação havia pessoas que não nos interessavam”. -----

-----Ao que o Presidente da Câmara referiu que não tinha sido bem assim, sublinhando “o senhor não ponha na minha boca palavras que eu não digo”. Afirmou ainda que sobre as AEC tinha muito para lhe dizer. -----

-----O Vereador Mário Alves dirigindo-se ao Presidente da Câmara referindo que “o senhor sabe que o Sr. Vice-Presidente e mais alguém do seu Gabinete andaram a rever as listas de classificação...”.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo indignado com a afirmação do Vereador Mário Alves referiu que “eu não lhe admito isso...”, alertando-o de que “o senhor está a mentir...e mais uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

vez pisou a linha”. Deu ainda conta que “na altura em que o processo de selecção dos candidatos decorreu “até estava de férias e para mais o Sr. Dr. João Mendes e a vereadora Graça Silva podem confirmar que não tive nada a ver com o processo das AEC”, situação que como declarou pode ser comprovada pelo Director do Departamento de Administração Geral e Finanças e pela Vereadora Graça Silva que de imediato confirmaram a veracidade da sua informação. Prosseguiu alegando que “não sei quem se candidatou, nunca vi qualquer listagem, nunca tive qualquer interferência no processo e ainda hoje não sei quem são os professores, e no passado até sabia quem eram as ligações que tinham”. -----

-----O Vereador Mário Alves dirigindo-se ao Vereador José Francisco Rolo referiu que “veja lá se perde as estribeiras, senhor vereador”. -----

-----Ao que o Vereador José Francisco Rolo respondeu “não perco estribeiras nenhuma, o senhor acusa sem fundamentos, depois leva a resposta!”. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou no entanto que “há tantas coisas em que podemos falar, contratações..., avenças internas..., nós também sabemos das coisas senhor vereador”, afirmando que “eu não sou homem e não faz parte da minha maneira de ser, de andar aqui a lavar roupa suja anterior, e tenho feito um esforço muito grande...”. Afirmou ainda que “entre mim e o Sr. Vereador Mário Alves há uma diferença, e que o senhor tem um passado aqui, e eu ainda não tenho”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu ainda que “o senhor distorceu tudo aquilo que eu disse”, confirmando que o Vice-Presidente não teve qualquer intervenção no processo de recrutamento de professores. Lembrou ainda que “houve pessoas que entraram aqui nas AEC, antigamente, que se calhar não tinham perfil para cá estarem, mas entraram por opções políticas”, sublinhando que “essa é que é a verdade nua e crua, e nós sabemos disso”. Garantiu ainda que na selecção dos candidatos que foi feita este ano, apenas se registaram alguns reajustamentos. Disse ainda entender que, à semelhança do que fazem outros municípios, a melhor solução, para evitar este tipo de polémicas é o processo de recrutamento de professores, no futuro, ser contratualizado com uma entidade externa.-----

2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

2.2.1 – ROTUNDA EM LAGARES DA BEIRA-----

-----O Vereador Mário Alves começou por referir que, em visita à freguesia de Lagares da Beira, verificou que, na obra realizada na rotunda galgável de acesso ao Largo da Feira, foram arrancados os cubos em granito, que lá existiam, e aplicado pavimento betuminoso, sublinhando que “estranhamente, porque tratando-se de um piso de duração quase que ilimitada, não percebo como é que numa obra que, presumivelmente, seria de requalificação, se faça um trabalho daquela natureza”. Disse ainda que “por essa razão, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, o porquê?” Referiu no entanto esperar que a resposta não seja “que o projecto já existia”. Salientou ainda que “nunca nenhuma obra era executada sem que eu previamente consultasse o projecto e assim decidisse sobre essa matéria”. Portanto, não aceito esse tipo de resposta.”-----

-----O Presidente da Câmara frisou que o projecto em causa não existia, ao que o Vereador Mário Alves afirmou que “tanto existia que o Sr. Presidente da Câmara até respondeu por escrito a alguém, a dizer que existia. E por isso é que lhe digo que não aceito essa resposta”. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que a substituição do pavimento foi feita meramente por questões relacionadas com a segurança rodoviária naquele local. -----

-----O Vereador Mário Alves solicitou então ao Presidente da Câmara que officie o Sr. Eugénio Martins a corrigir aquilo que lhe disse relativamente a esta matéria.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu que “o que incomoda algumas pessoas é que está a realizar-se a obra, obra útil que era há muito aguardada. Agora esta a ser feita.”

-----**2.2.2 – CAFÉ CENTRAL – RENDAS EM ATRASO**-----

-----O Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara sobre qual a situação das rendas do Café Central, sito no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, perguntando se há ou não há dívida, uma vez que se apercebe que no exterior toda a gente fala sobre o assunto. Mais referiu que “até se fala em favores políticos”. Prosseguiu referindo que, existindo dívida, gostaria de saber qual o montante da mesma e bem assim sobre o que é que a Câmara Municipal fez para resolver o assunto dado que no contrato existem cláusulas claras e inequívocas sobre esta matéria, e que referem que a falta de pagamento é a causa e a razão mais do que suficiente para se rescindir o contrato. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que “a intenção do Vereador Mário Alves era “atacar” alguém...até porque fez referência a favores”. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves frisou que “é o que se diz lá fora...”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu que “o café Central foi atribuído à actual gerência por concurso público no anterior mandato, quando o Vereador Mário Alves era Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara explicou que a situação referida pelo Vereador Mário Alves adveio de um conjunto de situações, nomeadamente em termos de construção, alegadas pelo adjudicatário do Café Central, em que este se sentiu prejudicado, e em tom de protesto pela resolução dos problemas deixou de pagar as rendas mensais pela cedência daquele espaço. Explicou ainda que já reuniu com o responsável pelo Café Central, julgando que, neste momento, haverá condições para que os problemas sejam resolvidos, admitindo no entanto que o adjudicatário venha a exigir que a Câmara Municipal lhe retire alguns meses de renda como compensação pelos prejuízos tidos. -----

-----O Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara relativamente ao número de dias que o café esteve fechado, ao que aquele responsável respondeu que “penso que nenhum dia”. Questionou igualmente “então, onde é que está o dito prejuízo? E quanto é que é o montante da dívida?”. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara, o Director de Departamento de Administração Geral e Finanças disse não ter presente informação sobre o montante total da dívida, mas pensa estarem pagos apenas dois meses do ano de 2010. -----

-----O Vereador Mário Alves deu conta que existe um contrato que é claro no que diz respeito a esta matéria e que no seu entender deveria ter sido aplicado, frisando que incumprimentos havia muitos. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que qualquer decisão em relação ao pagamento das rendas será tomada em reunião de executivo. -----

-----**2.2.3 – ALTERAÇÃO A ALVARÁ DE LOTEAMENTO**-----

-----O Vereador Mário Alves disse que, no âmbito das consultas que efectuou aos projectos deferidos e indeferidos, pretendia saber qual a razão que deu origem a uma alteração ao Alvará de Loteamento do Sr. Joaquim Domingues Guerra, uma vez que a informação do Chefe de Divisão, sobre esta matéria, se manteve, e a solução de alteração adoptada põe em risco os utentes da via pública existente naquela zona, entendendo assim que está a criar-se mais um ponto negro sobre a curva da Lameira. Mais referiu que “não percebi, dado que este projecto de Loteamento foi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

amplamente discutido no anterior mandato, e foi, por unanimidade, aceite pelo executivo que a solução que se devia aprovar, era uma solução que defendia a segurança das pessoas que no futuro lá construíssem e para lá fossem viver. -----

-----Sobre o assunto e nomeadamente no que diz respeito à informação dos serviços, o Presidente referiu que as declarações do Vereador Mário Alves não correspondem à verdade. Esclareceu ainda que “antes de ter sido efectuada esta alteração ao loteamento, eu desloquei-me ao local com o Chefe de Divisão e este foi de opinião em como poderíamos fazer a alteração, não fui eu”. ---

-----O Vereador Mário Alves referiu que “eu consultei o processo e li a informação do Chefe de Divisão e está lá, “preto no branco” de que mantém tudo o que disse anteriormente relativamente àquele loteamento”. Reafirmou ainda que “eu li e achei estranho, porque o senhor, que diz que respeita as informações dos técnicos, não respeitou”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “já depois disso o Chefe de Divisão foi comigo ao local em causa, e foi ele que me disse “sim senhor...”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu igualmente que a informação que consta do processo é bem clara, tendo o Presidente da Câmara sublinhado que “essa era a informação anterior”. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves deu conta que quando consultou o processo leu a última informação onde consta o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, alegando de que “não era a informação anterior”. -----

-----O Presidente da Câmara solicitou de seguida a presença do Chefe de Divisão, Engº Durães, na presente reunião para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves referiu que não era preciso chamar o Sr. Engº Durães, requerendo de seguida que o respectivo processo fosse solicitado ao serviço de Obras Particulares para confirmar o que acabara de referir”. -----

-----Entretanto apresentou-se o Chefe de Divisão, Engº Durães. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Sr. Engº Durães referiu o seguinte “Sr. Engº, a propósito da alteração ao alvará de loteamento do Sr. Joaquim Domingues Guerra, o Vereador Mário Alves questionou-me acerca do seu parecer ou o Despacho que me deu e que eu assinei, e que o Sr. Engº era contra. O senhor deslocou-se comigo ao local, e anuiu a alteração lá no local enquanto conversávamos, mas não sei se anuiu um primeiro parecer que tinha ou não?” -----

-----Ao que o Sr. Eng. Durães respondeu que não, confirmando a sua ida ao local com o Sr. Presidente da Câmara ao local. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “eu não passo por cima do parecer dos técnicos da autarquia, e o Sr. Engº Durães acompanha os meus Despachos todas as semanas e ele que diga se alguma vez ultrapassei alguma opinião sem que fosse discutida”. -----

-----O Sr. Engº Durães referiu que a visita ao local decorreu no passado dia 30 de Setembro e depois de questionado pelo Presidente da Câmara informou que mantinha a sua opinião anterior, enquanto que o Sr. Arquitecto entendia que não haveria problema nenhum, sublinhando que “eu como tinha tido aquela posição, achei que deveria mantê-la”. -----

-----O Vereador Mário Alves solicitou autorização ao Sr. Presidente da Câmara para consultar novamente o processo em apreço e localizando a informação a que se referia confirmou que o Sr. Engº Durães manteve a sua informação, sublinhando que “é o que está escrito no Despacho” Considerou-se assim esclarecido sobre o assunto, referindo entender que “por uma questão de sensatez, não deveria sujeitar um Técnico Superior da Câmara a esta exposição pública”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu ainda que “em abono da verdade, porque isto não é só política por leitura...eu fiz aquilo que o bom senso impere, chamei o Engº Durães, havia um parecer do Arquitecto Leitão que era favorável, e que também foi connosco ao local... “-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara sobre se sabia das ligações do Sr. Arquitecto Leitão a quem fez aquele projecto. -----

-----O Presidente da Câmara respondeu que não sabia, sublinhando que “aquilo que eu sei é que fiz uma coisa que as pessoas de bom senso fazem. Eu não cheguei aqui e assinei, fomos todos ao local, dialoguei com o Sr. Engº Durães e com o Sr. Arquitecto quando nos deslocamos ao local, e quando fiz o despacho fi-lo porque entendi que não haveria ali qualquer problema, e foi o que eu fiz, porque eu nunca escondi aqui nada. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “o senhor não escondeu nem podia esconder, tal como eu nunca escondi nem podia esconder”. -----

-----Tecidos os esclarecimentos devidos, o Sr. Engº Durães abandonou o Salão Nobre. -----

-----O Presidente da Câmara prosseguiu referindo que “se o senhor sabe de ligações perigosas, que eu não conheço, com os técnicos da Câmara, deve denunciar essas situações, porque eu não sou obrigado a conhece-las”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “é aquilo que ouço falar, mas é evidente que houve ligações”. -----

-----O Presidente da Câmara explicou novamente como tudo se passou e depois do Vereador Mário Alves citar a informação do Engº Durães, que consta em processo, citou também a informação do Arquitecto Leitão que conclui não haver inconvenientes. -----

-----O Vereador Mário Alves concluiu que a informação prestada pelo Arquitecto Leitão vai de encontro ao que disse anteriormente, ou seja, “tudo o que lá é dito é para beneficiar o promotor”. Alertou ainda que, se no futuro houver algum acidente, com ou sem gravidade, naquela zona, o senhor, e quem fez essa informação têm essa responsabilidade. Disse ainda que “a outra solução encontrada anteriormente, tinha sido aprovada por unanimidade no anterior mandato. -----

-----Ao que o Vereador José Francisco Rolo lembrou que “também... o senhor apresentava isto em traços largos em informação prévia, para mais não aprovávamos nada, era apenas para o executivo tomar conhecimento”. -----

-----O Vereador Mário Alves afirmou assim entender que “nesta questão, houve benefício total do promotor imobiliário”. -----

-----O Presidente da Câmara disse ainda que “se houvesse ali um acidente do lado dos Móveis Fidalgo então a responsabilidade era do senhor, porque a sequência é igual”. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou no entanto que a Câmara Municipal ainda recentemente rectificou uma via, com zona de aceleração, em que havia sido colocada sinalização horizontal, com tracejado de permissão de viragem à esquerda, frisando que “aí é que poderiam ter ocorrido acidentes, o que por sorte não aconteceu”. -----

-----O Presidente da Câmara conclui referindo que “se o Vereador Mário Alves sabe das ligações perigosas, então deve denunciar essas situações. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves esclareceu que apenas se referiu a “ligações” e não a “ligações perigosas”, afirmando que “portanto não ponha na minha boca aquilo que eu não disse”. --

-----2.2.4 – EXECUÇÃO DA VIA OLIVEIRA DO HOSPITAL/ALDEIA DE NOGUEIRA/NOGUEIRA DO CRAVO-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se ainda à execução da via Oliveira do Hospital/Aldeia de Nogueira/Nogueira do Cravo, questionando o Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação do processo referente à possibilidade de indemnizações/compensações pela cedência de terrenos por parte dos respectivos proprietários, sublinhando que “os cortes estão praticamente todos feitos e até hoje nada veio a reunião de Câmara para deliberação do executivo sobre eventuais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

compensações, ou indemnizações”, sublinhando tratar-se de uma matéria que é da responsabilidade do executivo. Relembrou que já o processo relativamente à execução da via Aldeia das Dez/Vale de Maceira, decorreu de forma irregular, pelo que esperava que aquele procedimento servisse de lição para que agora não se andasse a praticar os mesmos erros com todos os problemas legais que daí possam advir. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que há terrenos que ainda estão a ser negociados pelo que, quando tiver uma listagem sobre o assunto, apresentará em reunião do executivo. -----

-----2.2.5 – SITUAÇÃO EXPOSTA NO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO --

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à situação exposta no período de Intervenção do Público relativamente aos problemas financeiros por que atravessa a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de Oliveira do Hospital – “O KIKAS”, afirmando que “nunca a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deu financiamentos para funcionamento de instituições”. Frisou ainda que, se as receitas correntes da instituição não são suficientes para que a mesma funcione, é claro e evidente que “não é uma injeção de capital que resolve o problema”, salientando que, numa situação destas “o risco de falência ou de insolvência é iminente”. Entende assim que todo e qualquer capital que possa ser investido pela autarquia naquela instituição “é atirar dinheiro para um buraco sem fundo”. Relembrou no entanto que as crianças que frequentam aquela IPSS podem ser deslocadas, quer para a Casa da Criança Sarah Beirão em Travanca de Lagos, quer para a Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito em Lagares da Beira, uma vez que não se encontram totalmente lotadas, sendo que, no caso da segunda, até inclui serviço de transporte de crianças. Assim sendo, na sua opinião, se aquilo que uma instituição desta natureza recebe, não é suficiente para o seu funcionamento, então não tem qualquer viabilidade, ou seja, só tem duas soluções, ou aumenta as prestações aos pais, ou fecha as portas. Mais referiu que “o país atravessa um período crítico pelo que devemos ser muito cuidadosos com este tipo de actuações e com este tipo de criação de expectativas. E por isso, deixo, desde já, claro e evidente, o meu pensamento e a minha ideia sobre situações desta natureza, porque nunca percebi, e continuo sem perceber, como é que num mesmo espaço existe um serviço semi-público e outro privado”, sublinhando que “a avaliar pelos 3.500,00 € mensais que se pagam de renda das instalações, acrescido de outras despesas de funcionamento diário, não é difícil fazer contas. E portanto Sr. Presidente, sou solidário, mas tenho uma perspectiva diferente sobre o assunto”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara disse entender que a reunião que pretende agendar será importante para se perceber se a instituição tem ou não viabilidade financeira para continuar, convidando o Vereador do PPD/PSD, Paulo Rocha, a participar na mesma tendo em conta a sua formação académica, que julga poder ajudar em muito na análise dos documentos a apresentar pela instituição. -----

-----O Vereador Paulo Rocha disse aceitar participar na referida reunião deixando claro de que “não haverá nenhum compromisso, da parte do executivo”, sublinhando que “se for esse o entendimento, reunimos, estou disponível para fazer a dita análise às contas da instituição, fá-lo-ei com muito gosto, mas, o apoio ou não, será discutido neste fórum. Ou seja, não será assumido qualquer compromisso. Porque, como sabemos, somos todos humanos, e sabemos que se vive uma situação muito difícil na instituição em causa, que envolve não só as crianças mas também os postos de trabalho lá existentes. E por isso, teremos que ser muito racionais, vamos ouvir, registar os dados e posteriormente faremos a nossa análise”. Sugeriu no entanto que a pessoa responsável pela Contabilidade da instituição também seja convidada a estar presente nessa reunião.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Carlos Mendes disse subscrever as declarações do Vereador Paulo Rocha sobre o assunto, referindo estar sensível a toda esta situação. Manifestou-se assim disponível para participar na análise da referida documentação, reconhecendo que é necessário ouvir as partes envolvidas, para depois, em reunião da Câmara Municipal, se tomar a decisão que se achar mais correcta e adequada sobre o assunto. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou no entanto que, à semelhança do que foi dito pelo Vereador Mário Alves, “pode verificar-se a falta de viabilidade, em que, eventualmente, a atribuição de um apoio da Câmara Municipal não vá resolver problema nenhum, mas sim adiar um problema, com o qual, daqui a alguns meses, poderá voltar a ser confrontada com mais uma necessidade de apoio”. Lembrou ainda que “a Câmara Municipal não tem por hábito financiar o funcionamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social”. -----

-----Ao que o Vereador José Francisco Rolo lembrou que, no passado, já foram atribuídos apoios a outras instituições desta natureza. -----

-----O Vereador Mário Alves disse acrescentar que “esta IPSS é uma associação totalmente atípica”, sublinhando que “as outras IPSS’s existentes no concelho apareceram de forma natural, e esta IPSS foi gerada “politicamente” para, já à data, tentar tapar o buraco financeiro que existia no funcionamento privado daquela instituição”. -----

3 - ORDEM DO DIA -----

3.1 - ORÇAMENTO DO CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – RATIFICAÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.2

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação prestada pela equipa técnica do CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social de Oliveira do Hospital e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de alteração ao Orçamento do Plano de Acção do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Oliveira do Hospital, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta. -- -----

3.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE: -----

-----**3.2.1 - SOMITEL - TELECOMUNICAÇÕES, S.A.** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de um anúncio, com duas faces, no seu estabelecimento designado “TMN - PT”, sito na Rua Prof. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, Lote – 36, nº 12-r/c, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

3.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS: -----

-----**A-1) FREGUESIA DE BOBADELA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Bobadela, um subsídio no montante de **6.854,00 € (Seis mil oitocentos e cinquenta e quatro euros)**, como apoio à realização de pequenas obras na sede de freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) FREGUESIA DE BOBADELA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Bobadela, um subsídio no montante de **258,75 € (Duzentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água desde Dezembro de 2009 até Outubro do corrente ano. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-3) FREGUESIA DE BOBADELA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Bobadela, um subsídio no montante de **1.800,00 € (Mil e oitocentos euros)**, como apoio à execução de um passeio junto ao abrigo de passageiros no Bairro da Urzela, naquela freguesia-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-4) FREGUESIA DE LOUROSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lourosa, um subsídio no montante de **219,90 € (Duzentos e dezanove euros e noventa cêntimos)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água desde Janeiro de 2009 até Outubro do corrente ano. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-5) FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente ordem do dia. -----

-----**A-6) FREGUESIA DE VILA FRANCA DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Vila Franca da Beira, um subsídio no montante de **8.365,83 € (Oito**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

mil trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos), como apoio ao calcetamento, em cubos de granito, de alguns arruamentos, naquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----B-1) OHS.21 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MULTIMÉDIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à OHs.21 – Associação Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **750,00 € (Setecentos e cinquenta euros)** como apoio à realização da 13ª edição do **AGIRARTE**, que decorrerá de 11 a 31 de Dezembro do ano em curso, em vários espaços públicos da cidade de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----Por fazer parte dos órgãos sociais da OH.21 - Associação Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital, o Sr. Vereador José Francisco Rolo ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação deste assunto.-----

-----B-2) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **2.135,40 € (Dois mil, cento e trinta e cinco euros e quarenta cêntimos)**, como participação pela cobrança dos recibos de água desde Agosto de 2007 até Outubro do corrente ano. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----B-3) IRMANDADE DE SANTA MARINHA DA LOCALIDADE DE ANDORINHA - TRAVANCA DE LAGOS-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente ordem do dia. -----

-----B-4) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE LOUROS - MORDOMOS DA CAPELA DE SENHORA DA ESPERANÇA-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente ordem do dia. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

C) COLECTIVIDADES DO CONCELHO - ANO DE 2010-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente ordem do dia. -----

3.4 - OBRAS PARTICULARES:-----

----- **3.4.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 22 de Outubro e 4 de Novembro de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

3.5 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

----- **3.5.1 - EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ALDEIA DAS DEZ – 1ª FASE”**-----

D.S.T./DOC.4

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no nº2 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, abrir concurso público urgente para a empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ALDEIA DAS DEZ”. -----

-----Foi igualmente deliberado aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 198.500,00 € (Cento e noventa e oito mil e quinhentos euros). -----

-----Ainda que nos termos do artº 155º e seguintes do CCP a constituição do júri não seja obrigatória no presente procedimento dado que se trata de uma empreitada em que se torna necessário a análise de um conjunto de documentação, a Câmara Municipal, deliberou ainda, por unanimidade, designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----

----- **Efectivos:** -----

----- **Presidente** – Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----

----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior. -----

----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -----

----- **Suplentes:** -----

----- - Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças;-----

----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos; -----

----- **3.5.2 - EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DA PRAIA FLUVIAL DA ILHA DO PICOTO – AVÔ”**-----

D.S.T./DOC.5

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no nº2 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou, por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, abrir concurso público urgente para a empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DA PRAIA FLUVIAL DA ILHA DO PICOTO – AVÔ”. -----

-----Foi igualmente deliberado aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 173.500,00 € (Cento e setenta e três mil e quinhentos euros). -----

-----Ainda que nos termos do artº 155º e seguintes do CCP a constituição do júri não seja obrigatória no presente procedimento dado que se trata de uma empreitada em que se torna necessário a análise de um conjunto de documentação, a Câmara Municipal, deliberou ainda, por unanimidade, designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----

----- Efectivos: -----

----- Presidente – Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; -----

----- Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; -----

----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior. -----

----- Suplentes: -----

----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos; -----

----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -----

-----3.5.3 - EMPREITADA DE “LIGAÇÕES TÉCNICAS DE SANEAMENTO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - SEIXO DA BEIRA - FASE II” - ADJUDICAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Presente o Relatório de Análise de Propostas do Júri designado para o procedimento em epígrafe, documento, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal, nos termos legais, deliberado, por unanimidade, concordar com o mesmo e adjudicar a empreitada de “LIGAÇÕES TÉCNICAS DE SANEAMENTO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - SEIXO DA BEIRA - FASE II”, à firma Artur Abrantes, Lda., pelo valor da sua proposta de 402.308,85 € (Quatrocentos e dois mil, trezentos e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

3.6 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----3.6.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

D.S.T./DOC.7

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 25 de Outubro e 8 de Novembro de 2010, e que constam do mapa, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- 3.6.2 - MURO JUNTO À ROTUNDA DA IRAL - INFORMAÇÃO -----

D.S.T./Procº10/DOC.8

-----Sobre o assunto em epígrafe e no seguimento de vários registos efectuados pelo Vereador Mário Alves, em anteriores reuniões da Câmara Municipal, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação técnica nº MC-107/2010, datada de 27 de Outubro de 2010, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES -----

-----4.1 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1º CEB - EXPEDIENTE E LIMPEZA, COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E APOIO AO PLANO DE ACTIVIDADES-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios como apoio ao funcionamento dos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, no ano lectivo 2010/2011, nomeadamente na comparticipação das despesas de Expediente e Limpeza, funcionamento da Componente de Apoio à Família e desenvolvimento do Plano Anual de Actividades, distribuídos da seguinte forma: -----

| Agrupamento de | Jardim-de-infância | E.B.1 | Total |
|------------------------------------|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Escolas Brás Garcia de Mascarenhas | 5.250,00 € | 7.610,00 € | 12.860,00 |
| Escolas da Cordinha | 1.360,00 € | 2.080,00 € | 3.440,00 € |
| Escolas de Lagares da Beira | 860,00 € | 1.820,00 € | 2.680,00 € |
| Escolas do Vale do Alva | 1.000,00 € | 1.850,00 € | 2.850,00 € |
| TOTAIS | 8.470,00 € | 13.360,00 € | 21.830,00 € |

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

----- Neste momento, o Vereador Paulo Rocha deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais. -----

5 – OUTROS ASSUNTOS -----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----5.1 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS – AIJACONTA – CONTABILIDADE E CONSULTORIA FISCAL, LDA.-----

D.S.T./Proc. 16

-----Requer a isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, relativo à aquisição de duas fracções autónomas, designadas pelas letras “C” e “D”,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

integradas no prédio urbano designado por lote B, sito ao Tapado, na Rua Luís Vaz de Camões, nº 3, freguesia e concelho de Oliveira do Hospital, destinadas ao exercício da actividade de serviços de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, inscritas na matriz predial urbana da freguesia de Oliveira do Hospital sob os artigos 1812, fracção C e 1814, fracção D e descritas na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob os nºs 00743/230191-C e 00743/201091-D. -----

-----Pelo Director do Departamento de Administração Geral e Finanças foi elaborada informação em 8 de Novembro de 2010, na qual se conclui que o pedido se encontra adequadamente instruído, para que a Câmara Municipal o remeta à Assembleia Municipal, a quem compete a autorização nos termos da Lei. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o documento em apreço à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, conforme determina o nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, alterado pelo Decreto-Lei nº 108/08, de 26 de Junho. ---

5.2 – ACCÃO SOCIAL-----

-----**5.2.1 – MARIA DO CARMO MESQUITA SARAIVA**-----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Acção Social, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas, atribuir ao agregado familiar da Sra. Dª Maria do Carmo Mesquita Saraiva, residente em Oliveira do Hospital, um apoio monetário no montante de 41,93 € (Quarenta e um euros e noventa e três centimos), para fazer face ao pagamento de uma dívida de consumo de água, que se encontra em execução fiscal (valor correspondente ao montante da dívida nesta data), devendo o mesmo ser processado pelos serviços no acto do pagamento da respectiva dívida. -----

-----Mais foi deliberado que, em contrapartida, a Dª Maria do Carmo Mesquita Saraiva prestará serviço de voluntariado no Banco de Recursos de Oliveira do Hospital, ficando mandatado o Vereador José Francisco Rolo para coordenar esse serviço com o Gabinete de Acção Social do Município. -----

-----**5.2.2 – SUSANA MARGARIDA RIBEIRO ALVES**-----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Acção Social, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas, atribuir ao agregado familiar da Sra. Dª Susana Margarida Ribeiro Alves, residente no lugar e freguesia de Santa Ovaia, um apoio monetário no montante de 239,96 € (Duzentos e trinta e nove euros e noventa e seis centimos) para fazer face ao pagamento de uma dívida de consumo de água, que se encontra em execução fiscal, referente ao período compreendido entre o mês de Agosto de 2008 e o mês de Fevereiro de 2010, respectivamente, devendo o mesmo ser processado pelos serviços no acto do pagamento da respectiva dívida.---

-----Mais foi deliberado que, em contrapartida, a Dª Susana Margarida Ribeiro Alves prestará serviço de voluntariado no Banco de Recursos de Oliveira do Hospital, ficando mandatado o Vereador José Francisco Rolo para coordenar esse serviço com o Gabinete de Acção Social do Município. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----5.2.3 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO – JOSÉ FERNANDO PEREIRA MENDES-----

D.S.T./Proc.22/1

-----A Câmara Municipal de acordo com a Informação Social nº 51/GASS, datada de 6 de Julho de 2010, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, isentar o Sr. José Fernando Pereira Mendes, residente em Negrelos, freguesia de Travanca de Lagos, do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento de obras de edificação de uma moradia – Procº L-CTR-30.19/07.-----

5.3 – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO EM NOGUEIRA DO CRAVO” – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO-----

D.A.G.F./DOC.9

----- Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara, e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho e as abstenções dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha, que referiram abster-se não por discordar com a minuta do contrato mas sim com a execução da empreitada em causa, conforme já tiveram oportunidade de justificar em reunião anterior, aprovar a minuta de contrato referente à execução da empreitada de “CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO EM NOGUEIRA DO CRAVO”, documento que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

5.4 – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DA BEIRA CENTRAL, CRL. -----

D.A.G.F./Proc.6/12/DOC.10

-----No seguimento da deliberação camarária de 12 de Outubro do corrente ano, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos serviços nº GDES/014/10, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, revogar a sua deliberação tomada em 17 de Novembro de 1993, e alienar à Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central, CRL, o Lote nº. 30 do Loteamento Industrial de Oliveira do Hospital, com a área de 1.800 m², pelo preço total de 13.252,80 € (Treze mil, duzentos e cinquenta e dois euros e oitenta cêntimos). -----

-----APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----CONCLUSÃO DA ACTA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 9 DE
NOVEMBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de
secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 9 de Novembro de 2010**-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 9 DE
NOVEMBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**